

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO NÚCLEO GESTOR PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Aos 25 dias do mês de setembro de 2019, às 9h15, aconteceu a quinta reunião ordinária do Núcleo Gestor para revisão do Plano Diretor de Natal, cuja pauta foi a demanda apresentada pela SEMURB quanto aos ofícios recebidos de instituições como Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB, Conselho Regional de Engenharia - CREA, CAU, Fórum Direito à Cidade/UFRN, Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do RN - SINARQ/RN e requerimento da Dra. Marise Costa - UFRN. Estiveram presentes os seguintes membros: Albert Josué Neto (vice-presidente do Concidade Natal) - SEHARPE; Alexandre Ferreira Cardoso – SEMPLA; Diógenes da Cunha Lima Neto - CONHABINS; Ithamar Dantas Cortez Neto – COMCIT; George Alexandre Ferreira Dantas – UFRN; Walter Pedro da Silva - STTU; Wellington Oliveira Bernardo – MLB; José Canuto de Souza Filho - ONGs; Marcus Antônio Aguiar Filho - FIERN; José Aníbal Mesquita Barbalho - CMTMU. Falta justificada: Wilson Cardoso e Sophia Mota, pela participação no GT1 e GT3 como facilitadores. Além dos membros do Núcleo, também estiveram presentes: o Senhor Daniel Nicolau (Secretário da SEMURB), Dra Cássia Bulhões e Dr. Fernando Benevides (Procuradores da PGM). O coordenador do NGPD, Sr. Fernando Fernandes, na impossibilidade de estar presente, passou a condução dos trabalhos para Josué Neto. A reunião tem início com o relato do Sr. Daniel Nicolau acerca de 4 documentos enviados à SEMURB. Os ofícios enviados pelo SINARQ/RN e CREA/IAB/CAU solicitam uma revisão do calendário da 2ª etapa; já o documento do Fórum Direito à Cidade, assinado pela profª Ruth Ataíde solicita a suspensão do Processo de Revisão do Plano Diretor de Natal; e o documento enviado pela Profª Marise Costa solicita a realização de registros dos fatos ocorridos na Oficina da Zona Norte. Após a exposição de Daniel Nicolau, George Alexandre (UFRN) relata a preocupação com o cronograma muito curto para realização das oficinas e que essa crítica já havia sido posta na audiência pública de fevereiro do corrente ano e que, mesmo após a suspensão das atividades em maio, o cronograma da retomada do processo manteve o mesmo calendário curto para as várias etapas e isso tem levado a vários problemas (como, por exemplo, a não disponibilização dos estudos da SEMURB em tempo hábil, por sobrecarga de trabalho); observa que as oficinas acabaram antecipando embates que até eram naturais, mas não para este momento o que acabou atrapalhando a escuta da população. Para ele, é necessário refletirmos sobre até que ponto chegamos a respeito da leitura da cidade. Josué Neto expõe que para esta reflexão é preciso começar fazendo uma síntese do processo e o ponto mais forte em tudo é a participação popular que as oficinas alcançaram. Quem participou na época da elaboração do Plano percebe a evolução em termos quantitativos. Não é a toa que há mais de 1000 contribuições para serem sistematizadas e analisadas pela SEMURB. Fernando Benevides (PGM) sobre as acusações do Fórum Direito à Cidade, diz que o primeiro ponto é a SEMURB verificar junto aos lançamentos na Internet se houve o prazo de 15 dias de antecedência para publicação dos conteúdos. Daniel Nicolau, com a palavra, diz que os documentos não o preocupam em termos de conteúdo, pois são questionamentos semelhantes a outros, e que já estão sendo organizados os devidos esclarecimentos. Segundo ele, o MP pediu para descrever de forma minuciosa o conteúdo das entrevistas e divulgações. Daniel Nicolau reforça que, visualizando os números, a participação foi muito acima do esperado. Ele fala que, mesmo enfrentando dificuldades de infraestrutura eles alcançaram êxito no que tange a participação popular. Porém, percebeu que certos embates prejudicaram a questão da leitura da cidade, pois muitas vezes os embates não permitem a expressão maior dos moradores, uma vez que foi se criando uma arena de disputas, a qual era esperada apenas para a próxima fase. Mesmo assim foi possível verificar o ponto de maturidade nas regiões para se discutir os temas. Daniel Nicolau expõe que ficou muito explícito o anseio de discutir verticalização e isso levou a certo esquecimento de outras questões que também são importantes. Agora é preciso desconstruir vários desentendimentos polarizados. Ele acredita que isso não deve ensejar a suspensão dos trabalhos, muito menos invalidar o que foi feito. Dra Cassia Bulhões traz algumas observações

jurídicas, acerca do documento assinado pelo CREA, CAU e IAB questionando a inadequação entre a metodologia utilizada nas oficinas e o prazo estabelecido para isso. Marcus Antônio (FIERN) diz que nunca viu uma participação como de agora. Ele avalia que as discussões que foram antecipadas foram boas e viu a população sabendo muito o que quer. Na zona oeste, por exemplo, percebeu o desejo da população com as questões de lazer e cultura. Para ele, esse apelo em se ater a parágrafos e itens para paralisar o processo não faz sentido. Ele aponta que o plano diretor precisa acompanhar a dinâmica de mudança da população em todos os aspectos. Daniel Nicolau solicita então a colaboração do NGPD para que se evite a judicialização do processo. É preciso responder bem ao MP, com riqueza de dados e argumentos. Fernando Benevides diz que nas entrelinhas das reivindicações o desejo é que se comece tudo do zero, o que é inviável. Hoje a SEMURB precisa sistematizar o que já possui. É preciso afastar a acusação de que houve violação dos prazos. Josué Neto, com a palavra, lembra que ninguém vai questionar o NGPD sobre índices, porém sobre a participação popular, sim. Dos documentos que analisou, o único que considera mais incisivo foi sobre a questão da divulgação dos processos com a antecedência dos 15 dias, e este pode ser contestado pela própria SEMURB. Alexandre Ferreira (SEMPA) lembra quando, no NGPD, houve um entendimento de que nas oficinas não houvessem propostas técnicas porque isso descaracteriza o objetivo das oficinas, que é ouvir a população, mas isso aconteceu independente da decisão do NG e os grupos começaram a apresentar propostas. Esse foi um ponto que o NG não deliberou, e nele é preciso atenção. Fernando Benevides orienta atender a sugestão de maior elasticidade das datas da próxima etapa, de acordo com a necessidade da Secretaria. Dra. Cassia sugere que o NG decida pela conclusão da segunda etapa e Fernando Benevides reforça que a SEMURB precisa sistematizar as contribuições recebidas das comunidades. Alexandre Ferreira e George Alexandre lembram que é preciso a elaboração de uma síntese do relatório das atividades realizadas na segunda etapa. Assim, o NGPD, considerando o teor dos requerimentos protocolados e supracitados; considerando as ponderações e preocupações externadas por Daniel Nicolau para processamento e sistematização das mais de 1.500 contribuições recebidas nas oficinas, bem como em meio virtual, e considerando as recomendações dos procuradores Cássia Bulhões e Fernando Benevides, em concordância com o que DECIDE pela possibilidade de prorrogação das atividades da 3ª etapa, em conformidade com o art. 2º, inciso V do Regimento do NGPD. Fica a cargo da SEMURB a comunicação desta alteração. A reunião é encerrada às 11h45. Assinam e dão fé os presentes:

Albert Josué Neto (vice-presidente do Concidade Natal) - SEHARPE;

Alexandre Ferreira Cardoso – SEMPLA;

Diógenes da Cunha Lima Neto - CONHABINS;

Ithamar Dantas Cortez Neto – COMCIT;

George Alexandre Ferreira Dantas – UFRN;

José Aníbal Mesquita Barbalho - CMTMU

José Canuto de Souza Filho - ONGs;

Marcus Antônio Aguiar Filho - FIERN;

Walter Pedro da Silva - STTU;

Wellington Oliveira Bernardo – MLB